



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
CURSO DE PEDAGOGIA**

**DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES
SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

ADRIANA MACHADO DOS SANTOS

**CAMPINA GRANDE – PB
2011**

ADRIANA MACHADO DOS SANTOS

**DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES
SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – apresentado ao
Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba
em cumprimento às exigências necessárias para obtenção
do grau de Licenciado em Pedagogia.

**Orientadora: Prof^a. Ms. Glória Maria Leitão de Souza
Melo**

**CAMPINA GRANDE – PB
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S237d Santos, Adriana Machado dos.
Diversidade cultural na educação infantil [manuscrito] : reflexões sobre práticas pedagógicas / Adriana Machado dos Santos. – 2011.
37 f. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2013.
“Orientação: Profa. Ma. Glória Maria Leitão de Souza Melo, Departamento de Educação”.

1. Educação infantil. 2. Diversidade cultural. 3. Educação inclusiva. I. Título.

21. CDD 372

ADRIANA MACHADO DOS SANTOS

**DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

APROVADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2013

BANCA EXAMINADORA

Glória Maria Leitão de Souza Melo

Prof. Msc. Glória Maria Leitão de Souza Melo

Orientadora/UEPB

Tânia Lúcia de Araújo Queiroz

Prof. Msc. Tânia Lúcia de Araújo Queiroz

1ª Examinadora

Maria de Lourdes Cirne Diniz

Prof. Msc. Maria de Lourdes Cirne Diniz

2ª Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre ter me fortalecido em toda a caminhada.

A minha família, especialmente, minha mãe.

A Professora Msc. Glória Maria Leitão de Souza, pelos incansáveis momentos dedicados a nossa pesquisa, por estar presente em distintos e importantes momentos da minha graduação.

A Creche Estadual Isaura Gomes de Farias, local que me acolheu tão bem para realização de minha experiência docente para feitura deste trabalho de conclusão de curso.

A professora e a auxiliar da turma onde atuei, respectivamente, Morgana e Elba, pela compreensão e paciência demonstradas.

“Muitas coisas de que precisamos pode esperar; a criança não. Agora é o tempo que seus ossos estão sendo formados, seu sangue está sendo feito, seu corpo sendo desenvolvido. Para ela não podemos dizer amanhã. Seu nome é hoje”.

Gabriela Mistral

RESUMO

Na atualidade, tem sido bastante propagada, nos mais variados segmentos da sociedade, atitudes de tolerância e respeito à diversidade, principalmente Cultural. Tais atitudes, além de representar uma garantia constitucional, têm sido objeto de discussão entre profissionais da educação que, no seu dia a dia, lidam com a diversidade no exercício de suas atividades, mais especificamente, junto aos alunos em salas de aula. Para enfrentar a questão da diversidade é necessário que o educador saiba lidar com o corpo discente com que trabalha desde a mais tenra idade. Por esta razão, o professor precisa também ser fortalecido na construção de uma visão mais ampla no que tange à inclusão, comprometendo-se com a aprendizagem de seus alunos, considerando, sobretudo, suas diferenças socioeconômicas, étnicas, de gênero, de religião, de deficiência, de capacidades e interesses, entre outras. Portanto, mediante esta contextualização, este trabalho de pesquisa tem o objetivo oferecer subsídios para o debate junto a professores de Educação Infantil acerca do desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam a criança, a vivência da liberdade e de atitudes de tolerância, fraternidade, solidariedade, favorecendo junto a estas, a experiência de situações que caracterizem respeito e aceitação do outro e convivência com a diversidade, a fim de que assim a mesma alargue a visão de si, dos outros e do mundo. Foi realizada uma pesquisa, de caráter qualitativa, do tipo pesquisa-ação, a partir da nossa própria experiência no campo de estágio docente, na condição de professora de Educação Infantil, e do tipo bibliográfica. Fez-se uso de estudos desenvolvidos por VINHA (1999), SCHEMES (2008), DAMASCENO JÚNIOR (2010). Nesse estudo, foi possível perceber dentre outros, que a atuação dos professores nas escolas precisa ser mais política, além da família como um potente orientador e, desse modo, unirem-se na luta por uma Educação Inclusiva frente às políticas públicas que norteiam nosso país.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Diversidade. Tolerância. Respeito. Inclusão.

ABSTRACT

In the present time, she has been sufficiently propagated, in the most varied segments of the society, attitudes of tolerance and respect to the diversity, mainly Cultural. Such attitudes, beyond representing a constitutional guarantee, have been object of quarrel between professionals of the education that, in its day-by-day, they deal with the diversity in the exercise of its activities, more specifically, next to the pupils in classrooms. To face the question of the diversity it is necessary that the educator knows to deal with the student staff with that works since tenra age more. For this reason, the necessary professor also to be fortified in the construction of a ampler vision in what he refers to the inclusion, committing itself to the learning of its pupils, considering, over all, its socioeconomic, ethnic differences, of sort, religion, deficiency, capacities and interests, among others. Therefore, by means of this contextualization, this work of research has the objective to offer to subsidies for the debate next to pedagogical practical professors of Infantile Education concerning the development of who favor the child, the experience of the freedom and attitudes of tolerance, fraternity, solidarity, favoring next to these, the experience of situations that characterize respect and acceptance of the other and friendship with the diversity, so that thus the same one widens the vision of itself, of the others and the world. A research was carried through, of qualitative character, the type research-action, from our proper experience in the field of teaching period of training, the condition of teacher of Infantile Education, and of the bibliographical type. One became use of studies developed for VINHAE (1999), SCHEMES (2008), DAMASCENO JUNIOR (2010). In this study, it was possible to perceive amongst others, that the performance of the professors in the schools necessary to be more politics, beyond the family as a powerful person who orientates and, in this manner, to join in the fight for an Inclusive Education front to the public politics that guide our country.

KEYWORDS: Infantile Education. Diversity. Tolerance. Respect. Inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
EDUCAÇÃO ESCOLAR E A PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE CULTURAL	10
2.1 Trabalhando com a diversidade na Educação Infantil	12
2.2 O respeito mútuo	14
2.3 O processo de humanização do Currículo Escolar	15
2.4 Referencial Curricular para a Educação Infantil: reflexão teórica da diversidade	19
2.4.1 O professor da Educação Infantil	22
3. RELATO DA EXPERIÊNCIA	24
3.1 Impressões da Estagiária	25
3.1.1 Relação professor-aluno/ aluno-aluno.....	27
3.1.2 Família-escola: diversidade presente nas relações familiares	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

O humanista e educador Paulo Freire sempre teve uma grande preocupação com o caráter relacional do ser humano. Ele chega a falar da incompletude do homem, ou seja, os homens são incompletos e inacabados, porque não se é completo se não houver com quem se relacionar, portanto viver é conviver. O conhecimento é, na ótica de Freire, adquirido através da relação mantida entre homens e mulheres, sendo, por conseguinte o resultado dessa construção coletiva. Homens e mulheres: negros, brancos, pobres, índios, portadores de deficiência, homossexuais devem conviver numa relação de respeito e aceitação. A cultura e a história são criadas a partir desta relação salutar de convivência entre os seres humanos.

Esquecem as pessoas que a cultura vai sendo adquirida ao se interpretar as referências dos problemas e das diferenças apresentadas pelo homem, cabendo assim, ao mesmo, olhar não apenas para a sua identidade pessoal, mas para a dos outros sujeitos e grupos com os quais mantém convivência. Isto acontece na dimensão da vida de cada pessoa e também na relação estabelecida no âmbito grupal, principalmente, no contexto escolar.

Cada pessoa já carrega consigo uma herança cultural bastante expressiva, a criança, na convivência familiar, vai adquirindo experiências e práticas, valores, características e formação específicas e, por mais incipientes que sejam, podem provocar, muitas vezes, processos de aproximação ou não com o seu semelhante, gerando até preconceitos legitimadores de relações de sujeição ou de exclusão.

E, por se acreditar que é, na educação infantil, onde se planta a semente do saber para colher mais tarde, frutos de sabedoria, ou ainda, conforme apregoa o grande filósofo Pitágoras: “Educai as crianças, para que não seja necessário punir os adultos”, surge a reflexão de que a escola que educa a criança, com base no respeito ao seu semelhante e aceitação das diferenças, fará de seus educandos verdadeiros cidadãos.

Não restam dúvidas de que se convive com o fenômeno da desigualdade e da exclusão social dentro das escolas. Cabe, portanto, aos educadores, pensar no desafio da inclusão, no trabalho do professor frente às diferenças e nas possibilidades que se tem de trabalhar sistematicamente contra a famigerada exclusão.

Nesse cenário, é fundamental que o ambiente escolar favoreça através das práticas pedagógicas o respeito às questões étnicas, de gênero, de religião, de deficiência, a fim de que a criança possa compreender que vive-se num ambiente de diversidade social e cultural.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre as práticas pedagógicas diante da diversidade, a partir da experiência vivenciada durante o estágio curricular realizado numa escola pública em Campina Grande-Paraíba. Objetiva-se relatar as observações com relação às concepções docentes para a diversidade cultural e as intervenções dos professores diante de situações de diversidade na Educação Infantil.

A inquietação para a produção desta pesquisa surgiu em conversas com professores durante os planejamentos, nos encontros pedagógicos e sempre que estava na pauta de discussão a importância das brincadeiras na escola, nas quais se percebeu pelas falas as diferentes concepções acerca da diversidade, da inclusão e as dificuldades em mediar os diversos conteúdos que permeiam o currículo da educação infantil.

Por esse caminho, a pesquisa-relato foi assim estruturada:

No capítulo intitulado “Educação Escolar e a perspectiva da Diversidade Cultural, aborda-se aspectos inerentes a prática pedagógica na perspectiva da diversidade cultural, a saber: o trabalho com a diversidade na Educação Infantil; a importância do respeito mútuo nas relações escolares; o processo de humanização do currículo escolar; as orientações do Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) e o papel do professor da Educação Infantil. Englobando nesta discussão o trabalho com a diversidade na Educação Infantil; a importância do respeito mútuo, evidenciando que não pode haver a prática da moral sem a existência do outro.

O processo de humanização do currículo escolar, também é destacado no capítulo supracitado, posto que questões que envolvem humanização implicam em união e não em exclusão. Diante da discussão, utiliza-se do Referencial Curricular para a Educação Infantil-RCNEI (BRASIL, 1998), o qual tece comentários sobre qual deve ser o verdadeiro papel do educador que trabalha com a Educação Infantil.

No capítulo, Análise dos Resultados, apresenta-se as observações feitas durante o período de estágio numa creche em Campina Grande-Paraíba, numa abordagem da experiência vivenciada. Na escola, acredita-se que a diversidade, seja ela cultural, social, de gênero, econômica, enfim, devem ser trabalhadas desde cedo, já na Educação Infantil.

Dessa forma, apresenta-se ao final, as considerações sobre a necessidade do educadores, especificamente da Educação Infantil, construir uma proposta curricular voltada para o reconhecimento das diversidades que permeiam o nosso cotidiano.

2 EDUCAÇÃO ESCOLAR E A PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE CULTURAL

O normal, até um determinado tempo, era a ausência da cultura popular nos currículos escolares, reafirmando assim a superioridade de uma cultura erudita, que se associava a uma determinada classe social. Consequentemente, os conhecimentos, valores e práticas dos alunos eram, em geral, ignorados pela educação escolar. E se for levado em consideração as escolas situadas na zona rural, é um fato mais gritante pelo distanciamento entre a cultura urbana dos professores e a cultura rural dos alunos.

Pelo exposto, a diversidade cultural é um tema que vem sendo uma exigência das políticas públicas, inclusive há uma obrigatoriedade para que se mudem as práticas educativas. Costa (1999, p. 64), no entanto, adverte:

[...] o currículo da escola pública das classes populares tem sido um lugar da dissipação dessas identidades, operando um distanciamento das origens familiares culturais, borrando a identidade de classe, em nome do acesso a uma identidade padrão classe média, ilustrada e meritocrática. As consequências disso todos nós conhecemos: um processo violento de homogeneização e simplificação que tem praticamente nos imobilizado e impossibilitado de pensar alternativas para a dominação, a desigualdade e a exclusão.

A consequência do que foi dito acima é a exclusão, das escolas, de alunos cuja cultura não é validada, seja devido ao dialeto, aos hábitos, atitudes, costumes e vivências dos mesmos não estarem de acordo com a cultura padrão. Desta forma, muitos saberes deixam de ser reconhecidos, muitas vozes são silenciadas, inúmeros diálogos são interrompidos. E o que é pior, a escola não acolhe e incorpora práticas, conhecimentos e valores diversos dos validados pela cultura escolar, ao contrário, passa a considerar seus alunos como portadores de deficiências ou de dificuldades de aprendizagem. Isto nada mais é que uma atitude discriminatória a qual ensina a hierarquizar diferenças e a desqualificar o que não atende ao padrão cultural predominante no ambiente.

O conceito de diversidade leva em conta as diferenças históricas, culturais, sociais e econômicas do povo brasileiro que se refletem dentro das salas de aula. Atualmente, as políticas educacionais do Ministério da Educação buscam assegurar o direito de aprender a todos sem prejuízo da valorização das especificidades de cada um, balizadas pelo princípio da equidade (MACHADO, 2009, p. 1).

Portanto, nada mais justo que se incorpore no currículo escolar, a diversidade cultural, pois esta é, em certo sentido, o próprio reflexo da necessidade abrangente da múltipla diversidade de vidas na Natureza, a fim de que esta diversidade cultural possa renovar-se e solidificar-se nas práticas pedagógicas escolares.

Sousa (1998) afirma que como espécie, os homens apresentam semelhanças, porém como indivíduos ou mentes construídas ou em processo de construção, há bastante diversidade – tanto no que tange ao aspecto físico ou orgânico, quanto do sociocultural e histórico.

A cultura faz parte da natureza do homem. A diversidade cultural pode ser vista, desta maneira, como biodiversidade humana, aquela que deveria ser preservada, se é que se não queira estiolar em um mundo globalizado desprovido dos conteúdos, valores, símbolos e identidades que dizem respeito e são pertinentes ao homem. Importante se faz que sugestões de políticas públicas, programas e ações que incluam a diversidade ao currículo escolar, à gestão escolar, à formação inicial e continuada de professores e profissionais ligados à escola, passando pela produção de materiais didáticos sejam metas do governo em prol da igualdade cultural dos homens. É certo que já existe uma preocupação das autoridades governamentais neste sentido, inclusive há criação de resoluções visando tais fins, a exemplo da Resolução CNE/CEB N° 5/2009 que, em seu Art. 8º, Parágrafo 1º, incisos VII, VIII, IX, assim proclama:

- VII – a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- VIII – a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;
- IX – **o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e a discriminação.** (Grifo nosso).

A escola, portanto, deve significar um ambiente acolhedor, seguro e confiável para todas as crianças. Um local onde cada uma delas possa se sentir bem, segura, protegida, amada, aceita e feliz. Não deve haver espaço para descuidos, abandonos ou negligências por parte dos adultos que nela trabalham. Pelo contrário, o que deve haver é um interesse explícito pelo bem estar e segurança das crianças e um profundo respeito às suas individualidades, associados a um planejamento de ações integradas que possam contribuir, positivamente, para os seus processos de desenvolvimento, aprendizagem e gozar dos direitos de cidadania.

2.1 Trabalhando com a diversidade na Educação Infantil

Conceitua-se Educação Infantil à educação da criança de zero a seis anos e, qualitativamente, é distinto do vocábulo educação pré-escolar, tão usado, mas inadequado, impreciso, limitado e excludente. Educação pré-escolar, em outras palavras, possui um referencial fundamentalmente escolar, como se essa fase da vida se referisse tão somente a uma preparação para a escola, quando não é bem assim. Exclui, desta forma, do processo educacional, as crianças que não estão ou estarão frequentando uma escola nessa fase da vida. No Brasil, nesta faixa etária há mais crianças fora da escola ou de qualquer ingresso a programas alternativos de atendimento (SOUSA, 1998).

As instituições infantis, ao longo de décadas, têm apresentado confusão em relação a cuidar e educar. Cuidar remete à ideia de assistencialismo e, educar à de ensino/aprendizagem. Desta forma, há uma predominante tendência de se entender o cuidar e educar como simples associação de duas diferentes funções: uma referente ao zelo por boa alimentação, garantia física e cuidados com higiene e saúde; outra, envolvida com o repasse de conhecimentos e regras de comportamento, além do cumprimento de regras pelos futuros cidadãos. Entretanto, a função destes dois termos parece distante da ideia de que o cuidar e o educar são princípios indissociáveis (BRASIL, 1998).

Cuidar e educar é penetrar na ação pedagógica de consciência, estabelecendo uma visão conjunta do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade próprios da infância. Deste modo, o educador deve estar em firme estado de observação e cuidado para que não transforme as ações em rotinas mecanizadas, norteadas por regras.

O cuidar e educa é papel da escola, e neste cenário a escola não pode se desvincular da realidade na qual está inserida, um contexto de diversidade. Como afirma Barbosa (2009, p.12),

A função da educação infantil nas sociedades contemporâneas é a de possibilitar a vivência em comunidade, aprendendo a respeitar, a acolher e a celebrar a diversidade dos demais, a sair da percepção exclusiva do seu universo pessoal, assim como a ver o mundo a partir do olhar do outro e da compreensão de outros mundos sociais.

Assim, dentro da amplitude da proposta de inclusão, de respeito às diferenças, devem ser priorizados conceitos fundamentais na formação da criança, de modo a levá-la a reflexão. Importa então, ressaltar que o conceito de diversidade como qualidade do que é diferente;

aquilo que consegue distinguir uma coisa de outra; ausência de igualdade ou de semelhança; alteração digna de atenção, de reparo; modificação; mutação; característica do que é diferente; distinção, disparidade; falta de harmonia; divergência; falta de equidade; desproporção (HOUAISS, 2010).

A escola tem uma clientela composta por vários grupos étnicos com seus hábitos, seus ritos e sua fé. Historicamente falando, a escola tem dificuldades para lidar com a diversidade. As diferenças tornam-se problemas ao invés de oportunidades para produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens.

Nota-se que é necessário um verdadeiro e genuíno esforço para se entender, aceitar e valorizar a diversidade, uma vez que se vive em sociedade que conserva (pré) conceitos historicamente fossilizados sobre, praticamente, quase tudo, a exemplo, do negro, índio, pobre, deficiente físico, deficiente mental, nordestino, homossexual, empregada doméstica, gordo, idoso entre outros.

Ribeiro (2002, p. 150) questiona:

Crianças brasileiras de todas as origens étnico-raciais têm direito ao conhecimento da beleza, riqueza e dignidade das culturas negro-africanas. Jovens e adultos têm o mesmo direito. Nas universidades brasileiras, procure, nos departamentos as disciplinas que informam sobre a África. Que silêncio lamentável é esse, que torna invisível parte tão importante da construção histórica e social de nosso povo, e de nós mesmos?

Lidar com a diversidade, na Educação Infantil, requer cuidados e observações incessantes, já que não se deve esperar que a criança cresça para começar então a ensinar a importância do respeito que se deve ter com as diferenças dos colegas no ambiente escolar. Esse ensino deve ser aplicado desde os primeiros anos de escolaridade.

Apesar do termo preconceito, considerado como um ato pensado, elaborado e praticado não só por adultos, mas também na fase infantil, porque nem mesmo as crianças estão excluídas de utilizar-se das inúmeras formas de discriminação, convém, desde cedo ir explicando o significado de preconceito e o combate ao mesmo, afinal, a hipocrisia deve ser deixado de lado e, fundamentalmente, deve-se fazer com que a criança cresça sabendo que todos os homens, apesar da raça, cor, deficiência física, idade, todos são iguais e possuem os mesmos direitos. Ao invés de transformar a escola em reprodutora da própria discriminação, deve fazer com que a mesma busque propostas pedagógicas para se contrapor à tão terrível malefício, a discriminação.

Preconceitos, rótulos, discriminação. É inevitável: desde muito cedo, os pequenos entram em contato com esses discursos negativos. Para que eles saibam lidar com a diferença com sensibilidade e equilíbrio, é preciso que tenham familiaridade com a diversidade - e não apenas em projetos com duração definida ou em datas comemorativas, como ainda é habitual em vários lugares. Outra recomendação importante é que a questão não seja tratada como um conteúdo específico (o que invalida propostas do tipo "bom, turminha, agora vamos todos entender por que é importante respeitar as diferenças") (MARTINS, 2009, p. 61).

O correto é que todo educador reflita sobre o valor de propiciar ao seu aluno um ambiente que priorize e estimule o respeito à diversidade, ajudando a formar cidadãos mais educados e respeitosos que se preocupam com os outros, possuindo o espírito de coletividade.

Alonso (2009 *apud* MARTINS, 2009, p. 61) refere que "O convívio cotidiano é a forma mais eficaz de trabalhar comportamentos e atitudes", portanto se deve abordar o tema de jeito natural, inserindo-o em práticas diárias, como brincadeiras, leitura e música. Manter-se na letargia, na acomodação, tornando-se um ser indiferente às diferenças existentes é que não deve ser o papel do educador, muito pelo contrário, deve sim conseguir estabelecer relações de igualdade entre seus alunos, sendo, dessa forma, apto para receber e acolher as diferenças. Pois é, justamente, partindo do reconhecimento da diversidade que se devem traçar as táticas pedagógicas, definir os métodos, os acessos, as metodologias que não podem ser tão rígidos, já que existem tantos caminhos pedagógicos a reconhecer.

Depreende-se então que a essência para o estabelecimento de relações de igualdade é uma das funções do educador, independente do seu pertencimento étnico racial, crença religiosa ou posição política, o qual deverá oportunizar condições para que sejam acolhidas e respeitadas as vivências e diferenças de cada educando, para que este consiga estabelecer relações entre o contexto em que vive e o seu ambiente escolar.

Conforme observa o texto do documento sobre pluralidade cultural dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs 1997, p. 15), "saber discutir pluralidade a partir das diferenças dos próprios alunos é um modo de conduzir o tema de forma mais próxima da realidade brasileira".

2.2 O respeito mútuo

Conforme Vinha (1999), para a criança, a construção da inteligência se dá a partir da interação com o meio e desta mesma forma ocorre a construção da moralidade. A constituição dos valores, o desenvolvimento moral, ocorre a partir da interação da criança com pessoas e

situações. Não existe moral sem o outro. A moral, notadamente, envolve o outro, porque diz respeito a regras, a normas, como as pessoas devem agir perante o outro. A construção dos valores se dá a partir das experiências com o outro.

Seguindo este pensamento, surge um desafio: como trabalhar a interlocução de temas como respeito, solidariedade, aceitação das diferenças, temas tão relevantes com crianças e adolescentes? É possível que evitar os extremos já seja um bom começo. Os extremos a que se faz referência envolvem atitudes conscientes ou não de repressão e autoritarismo (onde as crianças são oprimidas e "pisoteadas"), e, por outro lado, quando não existe o autoritarismo, parte-se para o extremo de se dar liberdade absoluta e irrestrita onde crianças de pouca idade mandam nos de trinta anos (SCHEMES, 2008). Este mesmo autor orienta no sentido de que “se faz necessário olhar os nossos alunos não como meros expectadores, mas como protagonistas dos valores, da paz, da construção histórica de uma sociedade mais humanizada, digna, justa e solidária” (SCHEMES, 2008, p. 1).

Pelo fato de que cada ser humano é único, tem sua forma de agir, viver em sociedade não é uma tarefa fácil, pois são distintas as personalidades de cada pessoa e cada um pensa e age como bem entende. A maioria pensa apenas em si mesmo, sem se importar com os demais, porém é importante lembrar que ser diferente não pode ser superior à própria essência do ser humano (DAMASCENO JÚNIOR, 2010).

Vê-se que é urgente pensar e produzir materiais didáticos que abordem os temas: ética e cidadania, educação e orientação sexual, prevenção ao uso indevido de drogas e prevenção à violência dentro das unidades escolares, respeito pelas diferenças, entre outros (SCHEME, 2008).

2.3 O processo de humanização do Currículo Escolar

Em seu Art. 4º, a Resolução CNE/CEB N° 5, de julho de 2009 – Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil reza:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Nota-se que a humanização do currículo evidencia-se, no artigo supracitado, e fica claro também que se prega a mudança da educação e a necessidade da interação do professor com o aluno no contexto da sala de aula, fazendo entender que ensinar nos dias de hoje, é uma tarefa complexa e requer intencionalidade, prontidão, além de um contexto sócio afetivo, propenso a essa empreitada. Dentro dessas fundamentações, nas entrelinhas, subentende-se que o professor deve ser um educador e não um opressor, como em outras épocas.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, o Art. 6º refere que as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os princípios éticos, políticos e estéticos e, remetendo à temática deste trabalho científico, citar-se-á o Princípio Ético que assim verbaliza: “I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do **respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades**”. (Grifo nosso).

A inclusão e a diversidade na educação básica foram componentes dos eixos temáticos da Conferência Nacional de Educação Básica, que aconteceu de 14 a 18 de abril de 2010, em Brasília. Gestores municipais e estaduais e setores pertinentes à educação discutiram as políticas públicas acerca desta temática e ofereceram contribuições as quais poderão fortalecer ações e programas de educação para a diversidade (MACHADO, 2009).

De acordo com Lázaro (2009 apud MACHADO, 2009, p. 1):

A educação brasileira ainda não incorporou solidamente o valor da diversidade como fator pedagógico e afirmativo, pois uma criança cuja crença religiosa familiar é ridicularizada em sala de aula não se sente acolhida e, portanto, não desfruta das condições necessárias para aprender, exemplifica.

É, desta forma, que a escola deixa de ser o atrativo esperado pela criança e, assim, aos poucos, a mesma vai provocando a exclusão do alunado. Sair do aconchego do lar para adentrar em um lugar discriminatório não é o que se espera da escola, pois o espaço escolar não deve ser punitivo, classificatório e excludente, uma vez que o papel da escola é o de promover crescimento, desenvolver possibilidades para que os sujeitos realizem aprendizagens vida afora, socializar experiências, perpetuar e construir cultura.

Gomes (2008) convida a refletir sobre o tempo e o espaço escolar, condicionados e cristalizados, onde parece ser impossível a flexibilização dos mesmos. Esta concepção de escola apresenta uma estrutura inútil, uma vez que muitos problemas crônicos talvez pudessem ser amenizados ou mesmo resolvidos caso se voltasse o olhar para o tempo e a arquitetura da escola, com vistas a uma escola democrática e um currículo que contemple a diversidade.

É importante que se apregoe aqui o Art. 8º das Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, quando assim promulga:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim **como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.** (Grifo nosso).

Comenta-se sobre um currículo democrático, fala-se mais ainda sobre humanização e vem se dando um enfoque todo especial ao respeito à diversidade cultural. Até se entende com tudo isto que se quer viver uma democracia participativa, onde se interaja, visando a uma melhor qualidade de vida para todos.

Perrenoud (2000, p. 90), aborda que “enfrentar o desafio de propor um ensino que respeite a cultura da comunidade significa constatar cada realidade social e cultural com a preocupação de traçar um projeto pedagógico para atender a todos sem exceção”. Tal abordagem é amparada pela Constituição Federal no seu Art. 210 que assim reza: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar **formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais**”. (Grifo nosso).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que incorpora e realiza os preceitos da Constituição Federal, no seu Art. 2º, refere: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidades **o pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Grifo nosso).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que se compõem de orientações do governo, através do Ministério da Educação (MEC), no que tange a estabelecer uma direção no processo de formação humana dos projetos de escolarização do Sistema Nacional de Educação, em especial para o ensino fundamental, em sua introdução, assim se expressa:

Não basta visar a capacitação dos estudantes para futuras habilitações em termos de especializações tradicionais, mas antes se trata de ter em vista a formação em termos de sua capacitação para a aquisição e o desenvolvimento de novas competências, em função de novos saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos. Essas novas relações entre conhecimento e trabalho exigem capacidade de iniciativa e inovação e, mais do que nunca, "aprender a aprender". Isso coloca novas demandas para a escola (BRASIL, 1997, p. 34).

Depreende-se, pois que educar plenamente é educar em todas as dimensões do ser humano: social, emocional, física, intelectual, moral, espiritual. É, portanto, a participação da escola na formação do cidadão para a vida pessoal, social e produtiva e não apenas fazer como a escola vem fazendo, limitando-se à instrução formal e à disciplina do aluno para as atividades escolares.

Uma pergunta que pode ser feita é: Que tipos de relações estão sendo postas ou impostas na sociedade? Esta questão não é pertinente apenas a uma área do conhecimento fragmentado no currículo, mas deve estar anexada ao fundamento epistemológico de cada disciplina. Urge pensar a educação para uma cultura de paz como um tema multidisciplinar, e não apenas como um projeto isolado e fragmentado. O que se deve pretender é causar uma mudança na formação dos valores até então concebidos. É, sem dúvida, um processo moroso, porém deve ser contínuo e sistemático. Essa mudança deve estar na raiz da constituição de valores. Ter estrutura teórica é fundamental para saber o caminho que queremos seguir e onde desejamos chegar. Quanto mais intensa for a fundamentação teórica mais intencional será a prática (SCHEMES, 2008).

Partindo da compreensão de que o ensino deva contribuir com o desenvolvimento pleno, ou seja, de todas as capacidades que o ser humano necessita para intervir na sociedade, os conteúdos curriculares deverão sempre ser tratados como os meios para conhecer ou responder às questões postas pela realidade experiencial dos alunos.

Tomada como referencial para a teoria e a prática do currículo, possivelmente, essa dimensão traz, em seu bojo, um significado crítico-transformador para a prática educativa. Essa é a perspectiva que se delineia em termos da autonomia do ser humano, condição de sujeito capaz de lutar por sua liberdade e autodeterminação mesmo numa conjuntura de crescente usurpação dessas capacidades antropológicas (BRAGA, s/d).

O ato de aprender é um processo que ocorre dentro de cada homem, sendo ele eficaz quando é desenvolvido pelo próprio homem; e ineficaz quando não há estímulos para que este não se desenvolva. Goulart (2002, p. 55) corrobora, com o que ora foi exposto, ao afirmar que “o processo de aprendizagem [...] existe dentro do indivíduo”. Portanto o processo de humanização do currículo escolar só trará benefícios ao educando e, conseqüentemente, à sociedade, como um todo.

Um currículo humanizado evitará o que até hoje é vivenciado na escola, pois sempre foi assim: a educação tendo início no ambiente familiar e (re)organizando-se no cotidiano de cada sociedade.

Desta forma, identificam-se diferenças no processo educacional, pois existe, de fato, uma divisão de classes que, praticamente, assim se apresenta, a burguesia, que pode ser vista como a classe autoritária e o proletariado que se apresenta como a classe subordinada. A classe autoritária exerce, na sociedade, diversas ideologias, alienando os demais membros. Tal fato vai de encontro à função sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil em seu Art. 7º, no seu capítulo V, declara a construção de novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o **rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa**. (Grifo nosso). Apenas o potencial contra ideológico, utilizando-se do uso da crítica e práxis, inserido no currículo humanizado, é possível de promover a libertação da educação das massificantes opressões.

Freire (1987) aponta para o papel do homem e da escola na construção de uma sociedade conscientizadora e libertadora, quando contrapõe ao verdadeiro e almejado modelo educacional os opressores (educadores) que têm finalidade somente de educar; do outro, os oprimidos (educandos) que são apenas educados como convêm aos opressores. Ou seja, mantendo a divisão entre os oprimidos e opressores.

Convém enfatizar o papel do pedagogo, bem como outros profissionais que, engajados na efetivação da aplicação do currículo humanizado, poderão participar, de forma significativa, para a libertação e a formulação de novas propostas pedagógicas sobre temas de grande importância na realidade brasileira, como é a questão da educação humanizada e da inclusão da diversidade (GOMES, 2008; BRASIL, 1998).

A educação só será, verdadeiramente, livre quando deixar de priorizar as elites e o indivíduo tornar-se agente de seu próprio destino, tanto pessoal como social, a fim de erigir um mundo socializado com possibilidades de transmitir valores.

2.4 Referencial Curricular para a Educação Infantil: reflexão teórica da diversidade

Hoje, a sociedade está vivenciando, mais conscientemente, a importância das experiências na primeira infância, o que tem motivado demandas por uma educação institucional para crianças com faixa etária compreendida entre zero e seis anos.

A sociedade civil e órgãos governamentais, nessa direção, têm se movimentado com vistas ao atendimento às crianças de zero a seis e que o mesmo seja reconhecido na

Constituição Federal de 1988. Conseguiu-se, desta forma, que a educação infantil em creches e pré-escolas seja, do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança, conforme está apregoado no Art. 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, datado de 1990, ressalta inclusive o direito da criança a este atendimento e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em dezembro de 1996, institui, de forma decisiva a conexão entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a educação.

Conforme a LDBEN (BRASIL, 1998) e levando-se em consideração seu papel e sua responsabilidade na indução, proposição e avaliação das políticas públicas relativas à educação nacional, o Ministério da Educação e do Desporto propõe, por meio deste documento, um Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Tecendo comentários sobre a criança, o RCNEI (BRASIL, 1998) faz a seguinte alusão: Compreender, conhecer e reconhecer o jeito peculiar das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos originados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, entre outros, possam ser de suma importância para desvelar o universo infantil assinalando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças.

Já, quando se refere a Educar, o Referencial, em apreço, referenda que educar significa proporcionar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens, norteadas de forma integrada e que colaborem para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais vastos da realidade social e cultural. Acredita-se assim que, neste norte, a educação poderá servir de auxílio para o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas e, por conseguinte contribuirá para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998).

Sobre o Cuidar, o Referencial Curricular apresenta vários enfoques, mas, neste trabalho, aprouve salientar o seguinte comentário: “Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado” (BRASIL, 1998, p. 25).

Acerca de Diversidade e Individualidade, ao se considerar que as crianças apresentam diferenças entre si, conduz-se o educador a propiciar uma educação com bases em condições de aprendizagem que leve em consideração suas necessidades e ritmos. Essas interações

promovem avanços naquilo que a criança é capaz de realizar com a ajuda dos outros, ou seja, no seu desenvolvimento potencial. Individualizar a educação infantil, ao contrário do que se poderia supor, não é marcar e estigmatizar as crianças pela distinção que apresenta, mas levar em conta suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural (BRASIL, 1998).

Ao aludir a Educar crianças com necessidades especiais, o RCNEI relata que uma ação educativa, empenhada na promoção da cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não excludente deve, essencialmente, promover o convívio com a diversidade, que é marca da vida social brasileira. Essa diversidade inclui não apenas as várias culturas, os hábitos, os costumes, mas também as competências, as particularidades de cada um (BRASIL, 1998).

Aprender a conviver e relacionar-se com pessoas que têm aptidões e competências distintas, que possuem expressões culturais e marcas sociais peculiares, é qualidade precisa para o desenvolvimento de valores éticos, como a dignidade do ser humano, o respeito ao outro, a igualdade, a equidade e a solidariedade. A criança que conviver com a diversidade nas instituições educativas, poderá aprender muito com ela. Já as crianças que apresentam necessidades especiais, o convívio com as outras crianças só trará benefícios na medida em que representa uma inclusão, verdadeiramente, no universo social e beneficia o desenvolvimento e a aprendizagem, possibilitando a criação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade (BRASIL, 1998).

Segundo o que discute o RCNEI, em seus três volumes, a proposta para educação infantil deve contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças brasileiras, favorecendo assim a construção de conceitos e posturas de respeito às diferenças.

2.4.1 O professor da Educação Infantil

Não se pode falar sobre a Educação Infantil sem que seja dado um enfoque ao professor envolvido com alunos que apresentam a faixa etária entre zero a seis anos. Desta forma, é importante que seja feita uma reflexão criteriosa sobre o processo ensino-aprendizagem o qual se constitui de uma estrutura didática complexa.

Desde a década de 1990, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDBEN, Lei 9394/96, bem como das Diretrizes para Educação Infantil, dentre outros documentos, surge a necessidade de formação de professores.

De acordo com Lourenço (2010), a fim de se compreender a missão do professor da educação infantil, há necessidade de uma análise multidisciplinar que dê condições aos educadores, instituições e educandos de reverem todo o processo educativo e irem em busca de novas abordagens sócio-históricas, com vistas a organizarem uma nova concepção do ser humano, do fenômeno psicológico, que possibilite a releitura do saber e do fazer, de maneira a propiciar o estabelecimento de uma relação harmoniosa entre o próprio professor e seus aprendizes para que se possa exigir destes últimos a aceitação dos colegas, como eles são realmente, havendo assim o respeito mútuo.

O RCNEI (BRASIL, 1998) também tece comentários sobre o educador que trabalha na Educação Infantil, observando que o professor que trabalha com crianças pequenas deve ter uma competência polivalente.

E ser polivalente pressupõe alguém cujo preparo profissional dá-lhe condições de trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem, desde cuidados basilares eficazes até conhecimentos especiais, originados das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional. O mesmo, além de professor, deve tornar-se, também, um aprendiz; além de viver refletindo, constantemente, sobre sua prática, mantendo debates com seus semelhantes, utilizando-se da prática do diálogo com as famílias e a comunidade e buscando elementos necessários para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação. (BRASIL, 1998, p. 41).

É necessário ter conhecimento de que a docência da melhor qualidade envolve saber fazer bem e inclui: um dimensionamento técnico-profissional, profissionalização, isto é, ter domínio próprio do seu campo específico de atuação, e aqui é importante ressaltar a necessidade dos cursos de formação valorizarem o domínio dos conteúdos conceituais e da pesquisa, pois esta formação é a ancoragem necessária para as demais dimensões da qualidade do profissional: a dimensão humana, que enfatiza as relações interpessoais presentes na tarefa educativa, a presença da sensibilidade e afetividade, a dimensão ética que se relaciona à orientação da ação, tendo como base o princípio do respeito e da solidariedade, do convívio e da realização de um bem coletivo.

O comprometimento político-social que diz respeito à participação na edificação coletiva da sociedade e ao exercício dos direitos e deveres e a dimensão didático-pedagógica que envolve o domínio dos fundamentos do processo ensino aprendizagem, seus objetivos,

suas metodologias, suas formas de avaliação e o domínio da tecnologia aplicada à prática da sala de aula. Exigências são inúmeras e por que não dizer que maior ainda é o desafio. Há questões estruturais e conjunturais a enfrentar. Mas, caso se acredite na tarefa educativa não se deve perder a esperança e mais do que isto, precisa seguir o caminho traçado e lutar para vê-la efetivada, algum dia, talvez.

No capítulo a seguir, relata-se a experiência durante o estágio curricular realizado em uma creche do município de Campina Grande-PB com os alunos na faixa etária de 5 anos. O relato teve como objetivo desenvolver conceitos envolvendo a diversidade presente no cotidiano escolar.

3. RELATO DA EXPERIÊNCIA

Este capítulo tem por objetivo, relatar o percurso realizado no Estágio Curricular, em uma creche da rede pública de Campina Grande-Paraíba. A proposta inicial do estágio estabelecia que seriam desenvolvidas atividades didáticas pedagógicas com as crianças num turma específica da referida creche envolvendo a diversidade cultural.

Após as observações iniciais e as conversas com os professores durante o intervalo da aula, percebeu-se que os mesmos apresentavam dificuldade em trabalhar essa temática com as crianças. Verifica-se, que nem sempre, a escola se utiliza destes conhecimentos para acrescentar mais informações que contribuam para a formação da criança.

Jésus Palacios e Gema Paniagua (2007) destacam que “o paradigma básico na prática da educação infantil é a alternância de atividades dirigidas com todo o grupo” (p.152), a exemplo da roda de conversa, ou totalmente livres, a exemplo das brincadeiras no pátio da escola. Os autores também nos lembram que uma dos objetivos da educação infantil “é aproximar as crianças dos objetos, das pessoas e da cultura” (p. 155). Considerando os aspectos supramencionados, nos perguntamos: como é possível relacionar a teoria/prática na abordagem da diversidade na Educação Infantil?

Nesse sentido, foram realizadas atividades didática pedagógica utilizando-se a literatura infantil e vídeos que abordam a questão da diversidade. Optou-se pela utilização desses recursos lúdicos, tendo em vista que o cotidiano das crianças é marcado com sua chegada as 7:00 horas da manhã na creche, em que as mesmas são recebidas pelas professoras nas salas de aula, com a qual permanecem o primeiro horário do dia, em seguida elas trocam de roupa e são levadas para o refeitório para tomar o café da manhã.

A proposta foi realizada durante quatro dias, a fim de que houvesse uma continuidade da proposta, e para que desta forma os alunos interajam mais com o tema. Nesta perspectiva, a metodologia das atividades (intervenção) abrangeu inicialmente obter-se informações sobre o contexto sociocultural em que vivem as crianças, no intuito de promover situações de estímulo à participação do aluno e conhecer as propostas do professor titular da sala nesse sentido.

3.1 Impressões da Estagiária

A própria instituição escolar já carrega em si preconceitos, a cada momento que uma professora diz que tal criança é filha de um presidiário, é filho de uma garota de programa e que não consegue aprender o que lhe é ensinado, é mais uma barreira que precisa ser quebrada, que precisa ser vencida. Gomes (2008) refere que ao discutirmos a diversidade cultural, “não podemos nos esquecer de pontuar que ela se dá lado a lado com a construção de processos identitários”. Ou seja, a escola deve em suas abordagens, já desde a educação infantil, trabalhar as diferenças como algo que ultrapassa as características físicas e sociais.

Nesse contexto, e com o objetivo de abordar as diversidades culturais presentes em nosso meio, propomos a partir do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem lúdicas uma abordagem da temática diversidade que envolvesse toda turma. Para tanto, a fim de estabelecermos laços com as crianças, primeiramente, observou-se atentamente as relações dentro do grupo; no qual verificamos que as crianças apresentam comportamentos próprios da idade. A socialização é bem tolerada entre os mesmos. A participação é espontânea e desejada. São crianças que já apresentam características de independência, até para o cumprimento de regras sociais e para manifestação de reações de “cobrança” e auxílio em caso de necessidades pessoais e gerais do grupo. Há um relacionamento descontraído com a professora, de cumplicidade até, o que facilita todo o processo de aprendizagem. Este momento de observação foi fundamental para opta-se por esta pesquisa-relato, pois pôde-se perceber durante o estágio a necessidade de um planejamento para aula, de selecionarmos atividades que despertem o interesse da criança, de definir estratégias de investigação.

Em outro momento, agrupamos os alunos para a realização das atividades, porque incentiva a cooperação entre ao grupo e; por fim, incluímos nas aulas temas transversais que abordassem o convívio social e ético, por serem temas ligados ao cotidiano, a partir de temáticas como diversidade, respeito ao outro, direitos iguais, nos referindo, também, aos indivíduos com necessidades especiais, e a todos aqueles que sofrem com o preconceito e com a discriminação. Nesse caso, utilizamos como estratégia para abordar a diversidade, a literatura infantil, uma vez que este recurso nos possibilita explorar várias vertentes. Sendo assim, planejamos três momentos: a roda da leitura; dramatização e; apresentação de fotos e vídeo.

A roda de leitura desenvolve habilidades como a expressão oral, a interpretação. Por isso, fizemos a leitura do livro “Menina Bonita do laço de Fita”, escrito por Ana Maria Machado e que retrata o preconceito racial. Em outro momento utilizou-se o livro “Uma

Joaninha Diferente”, de Regina Célia de Melo, que enfatiza da importância do outro e as diferenças de cada um.

Em outra aula foram exibidos os vídeos: “Menina Bonita do laço de Fita” e “Escola pra Cachorro”, ambos abordam a diversidade e suas interfaces. Após as leituras e discussões realizadas, bom como a exibição dos vídeos, apresentamos vários painéis com fotos que retratam a diversidade.

Nessa direção, Freire (1996, p. 135), a respeito da diversidade, assim se expressa: “É no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo, que me encontro com eles ou com elas.” E Lima (2005) advoga que é, na Educação Infantil, onde são formados os primeiros embriões dos valores humanos, costumes e princípios éticos, por conseguinte é ali, justamente, que as manifestações racistas e discriminatórias poderão ser amplamente combatidas.

Após a experiência de estágio na creche já citada, entende-se que trabalhar a diversidade cultural foi uma experiência extremamente proveitosa, pois, quando se chega a uma instituição do tipo da que foi trabalhada, rotulam-se as crianças, achando que as mesmas não sabiam fazer nada, que eram de difícil aprendizagem. Quer-se lutar contra o preconceito, deseja-se derrubar tal malefício das mentes infantis que, algumas vezes, já estão impregnadas pelo mesmo, quando o professor é que já assume uma sala de aula já introspectivamente preconceituoso.

Para tanto, o foco deve ser iniciado pela interação e/ou relacionamento professor aluno, visto através do olhar sociointeracionista. O professor como educador é capaz de construir recursos didáticos baseados na educação de valores, de forma dinâmica, valores esses importantes para se manter uma relação harmônica com o aluno, com bases na ética e no querer fazer, o que possibilitará transformar a sociedade educativa, provocando assim o encontro do aluno com seu espaço, tendo uma visão do mundo, cômico de suas ações, sem frustrações passadas advindas de uma educação arcaica, onde havia ausência do diálogo e que em nada contribuía para se criar um ser cidadão (LOURENÇO, 2010).

Nesse aspecto, reside a importância da formação do professor e conscientes da importância do embasamento teórico do educador que atua na educação infantil, podemos considerar que o estágio curricular constitui na atuação como docente, um desafio primordial que nos possibilita conhecer a realidade escolar, o contexto social em que as escolas estão inseridas, a relação família e escola, além de fazer com que reflitamos sobre o compromisso que o corpo docente assume diante da sociedade para com as crianças.

Delors (2001) aponta quatro pilares na formação do professor, a saber: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver juntos, aprender a conviver com os outros e, Aprender a ser. Em síntese, Delors nos alerta para a complexidade da missão do professor e, portanto, da necessidade de uma profissionalização que lhe garanta uma ação entre a teoria e o contexto escolar. Disto entende-se que o professor precisa conhecer e compreender o contexto social, cultural e econômico no qual o aluno está inserido, bem como os atores desse contexto: pais, alunos e a comunidade escolar como um todo.

3.1.1 Relação professor-aluno

Quanto à relação professor-aluno, presenciaram-se inúmeras ocasiões onde as professoras rotularam as crianças, apelidaram inclusive com palavras grotescas, a exemplo de “enfitea” com uma menina de 4 anos. As professoras só reclamam e chamam a atenção das crianças aos gritos e com frases imperativas “não fale”; “não se levante”; “sente aí”, “faça agora”, entre outras. Já quanto à relação aluno-aluno, é visível que não conseguem dividir nada e que as brigas estão presentes em todos os momentos.

A brincadeira, que deveria estar presente no cotidiano escolar, embasando todas as rotinas da creche, é substituída, simplesmente, por um momento em que as crianças ficam soltas no parque ou no pátio coberto. Absolutamente, em nada, contribui para o desenvolvimento psicomotor e sócioeducativo da criança. Foi visível também a questão das atividades dirigidas cuja única intenção é de “preparar a criança para chegar à alfabetização” (1º ano).

De acordo com Abramovay et al (2007, p.57)

Tratar o campo educacional a partir das desigualdades sociais, considerando que o sistema escolar, historicamente, não foi estruturado para atender as diversidades, pode ajudar na compreensão dos processos escolares vividos por esse expressivo grupo marcado por trajetórias acidentadas.

Assim, se o que se busca na escola é que sua concepção de educação seja de uma escola inclusiva, cidadã. Nesse sentido, Freire é sempre atual e seus escritos mostram uma maneira intensa nas relações escolares “ideias e afetos articulam-se engenhosamente no pensar, no falar e no agir”, (LIMA; ROSAS, 2001). Essa fala ilustra um modelo pedagógico em que o aprendizado tem como eixo a interatividade entre os sujeitos.

É nesse aspecto que o diálogo, enquanto respeito e aceitação do outro, do diferente, da diversidade deve ser construído, enquanto constituição do sujeito histórico, em que através da

aproximação entre educando e educador, há uma transformação pessoal e social, na qual o diálogo é o elo, a conexão no estabelecimento de um vínculo afetivo, na democracia, na cidadania, enfim na luta pela justiça social.

Desse modo acredita-se, que trabalhar a diversidade deve envolver também os pais, pois são estes que tem maior contato com as crianças, que formam hábitos, conceitos e atitudes. A creche espaço em que as crianças passam a maior parte do dia, as atividades além de desenvolver a oralidade, deve legitimar o desenvolvimento de conceitos de identidade, diversidade, respeito mútuo, de modo que a criança possa estabelecer relações entre o espaço escolar, a vida em família e o mundo social, incentivando assim atitudes de respeito às diferenças.

Nessa perspectiva, na visão de Libâneo (1998) diante das novas exigências do mundo contemporâneo e da complexidade de saberes envolvidos presentemente na formação profissional, se faz necessário que o professor tenha “uma formação teórica mais aprofundada, capacidade operativa nas exigências da profissão, propósitos técnicos para lidar com a diversidade cultural e a diferença, além da indispensável correção de salários, das condições de trabalho e exercício profissional” (p.77).

Nesta perspectiva, uma das atitudes de mudança mais urgentes na escola é a motivação do aluno e do professor, a valorização e a descoberta de caminhos que melhorem suas relações através do diálogo e do respeito.

O período de observação foi muito importante para a formação da estagiária em vários aspectos, principalmente, em presenciar atitudes dos educadores que já estão na instituição e que se contradizem não usando de uma boa prática educativa. A certeza de que coisas semelhantes não farão parte da prática docente da estagiária é certo.

3.1.2 Família-escola: diversidade presente nas relações familiares

Ao longo da história, a escola se firmou como instituição especializada em ensinar, direcionada para o desenvolvimento da aprendizagem no espaço escolar. Com o passar do tempo, as mudanças sócioeconômicas e culturais, afetaram de tal forma a estrutura familiar, que a escola até então, destinada a ensinar, teve que absorver as conseqüências destas mudanças. Sem estar preparada para esta nova realidade, a escola deparou-se com conflitos dentro da própria instituição. Os conflitos que antes eram de ordem pedagógica e administrativa, agora são de relações interpessoais. Por isso, a necessidade de refletirmos

sobre a relação família e escola, ou seja, a necessidade desta parceria no trabalho com a diversidade.

Mediante as leituras realizadas sobre a relação família-escola, acredita-se que a proximidade entre ambas proporciona inúmeras formas de interação e tem reflexo positivo na aprendizagem dos alunos, porque esta parceria possibilita diálogos e cria infinitas maneiras da escola auxiliar seus alunos na ampliação do conhecimento. A família é a base para o desenvolvimento do ser humano. Mas a escola, também, pode colaborar considerando as relações interpessoais em sala de aula, na construção de vínculos entre professores e alunos.

Para o RCNEI (BRASIL, 1998, p.14)

A fonte original da identidade está naquele círculo de pessoas com quem a criança interage no início da vida. Em geral a família é a primeira matriz de socialização. Ali, cada um possui traços que o distingue dos demais elementos, ligados à posição que ocupa (filho mais velho, caçula etc.), ao papel que desempenha, às suas características físicas, ao seu temperamento, às relações específicas com pai, mãe e outros membros etc.

Nessa perspectiva, as relações afetivas entre professor e aluno é condição imprescindível para o desenvolvimento da criança na escola, posto que depois da família, a próxima referência, e talvez a mais marcante para a criança, é a escola. As relações afetivas que o aluno estabelece com os colegas e professores são de grande valor na educação, pois a afetividade constitui a base de todas as reações da pessoa diante da vida.

Mas, a escola deve entender que a estrutura familiar na qual se insere a criança fornece-lhe importantes referências para sua representação quanto a diversidade e dentro de uma sala de aula, na atualidade, observa-se que “as crianças podem pertencer a estruturas familiares distintas, como uma que é criada pelo pai e pela mãe, outra que é criada só pela mãe, ou só pelo pai, ou ainda outra criada só por homens ou só por mulheres. (BRASIL, 1998, p.21).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho assinalamos o quão importante são os afetos, o respeito mútuo, a aceitação do outro, do diferente. Destacamos a importância da relação entre professor e aluno, entre a escola e a família.

As discussões realizadas pelos autores que fundamentaram esta pesquisa, as observações pessoais durante a convivência com professores e alunos na creche nos leva a concluir que é sim possível uma escola igual para todos.

Ficando evidente, pois a necessidade da escola como um todo voltar-se para a melhoria da qualidade das suas relações, valorizando o desenvolvimento afetivo, social e não apenas cognitivo, como elementos fundamentais no desenvolvimento da criança como um todo, na construção de conceitos e atitudes em relação ao outro. no processo de aprendizagem

Caso se passe para a construção de um conceito de cultura como um manancial de códigos e posturas sobre os quais se legitima a sociedade, chegar-se-á à conclusão de que existem, basicamente, três aspectos a serem investigados: a ordem, o dinamismo e a diversidade. A ordem se opõe aos outros dois matizes, pois só há ordem numa sociedade previsível. As leis não são mais, pois, do que postulados, aos quais todos devem se adequar, e são noções pensada a priori, isto é, antes do fato gerador de uma censura ou sanção. Assim, nada melhor, para exibir a singularidade de um povo senão os seus cânones morais, costumeiros ou escritos. O dinamismo diz respeito justamente à mutabilidade das normas de convivência frente à realidade. Uma coisa é a realidade pensada pelos legisladores e pelos adeptos de costumes e tradições, outra coisa são as mais diversas nuances, muitas vezes sutis, com as quais se distanciam determinadas parcelas da sociedade do “contrato social” que, de algum modo, tem poder imperativo sobre suas vidas.

Há cultura de boa qualidade e de má qualidade em todos os cantos do mundo. É uma questão por demais subjetiva. Todavia, se um determinado povo realiza aquilo que, por um secular processo de diferenciação histórico e social, encontra-se mais à vontade para confeccionar, e possui os meios à mão, a dedicação a tal finalidade traduzirá, provavelmente, algo de qualidade. Assim funciona também com a educação. Complicado falar em diversidade cultural em um país tão diverso, tão extenso e com tanta miscigenação. Incrível como, mesmo assim, as pessoas se excluem e excluem as demais. A palavra é realmente preconceito, onde de forma alguma poderia existir, já que somos tão distintos: negros, índios, brancos, albinos, ricos, pobres, gordos, magros, deficientes físicos, mentais, pessoas “normais”, entre outros.

Enfim, são diferenças das mais diversas e é exatamente nelas que encontramos a riqueza de toda uma população.

Em se tratando da realidade escolar brasileira sempre se percebe as nuances de racismo existentes até mesmo nas formas como os professores lidam com conceitos discriminatórios e, infelizmente, as políticas públicas ainda são institucionalmente incipientes.

O professor que nunca foi trabalhado na perspectiva de respeito à diversidade, que vive e foi educado, no decorrer de toda sua vida, com preconceitos raciais, com preconceitos financeiros, com preconceitos dos mais diversos, para não ser extremista e dizer, com todos os preconceitos, fica difícil combater o famigerado preconceito.

Precisa agora se abster de tudo que foi posto e armazenado em sua cabeça e tentar fazer diferente: trabalhar com as crianças em busca de ajudar, construir e formar cidadãos diferentes, que aceitem que as diferenças existem, mas que pode ser muito proveitoso se socializar com pessoas “diferentes”, que ser diferente não significa ser melhor ou pior, significa apenas ser diferente. Outra perspectiva, também, pode ser mostrar para a criança que não, necessariamente, a criança negra, por exemplo, é diferente daquela que é branca; mas que para a negra, ela, a branca, é diferente dela.

O cotidiano escolar está impregnado do mito da democracia racial, um dos aspectos da cultura da classe dominante que a escola transmite, pois representa as classes privilegiadas e não a totalidade da população, embora haja contradições no interior da escola que possibilitam problematizar essa cultura hegemônica, não desprezando as diversidades culturais trazidas pelos alunos. Assim, apesar da escola inculcar o saber dominante, essa educação problematizadora poderia tornar mais evidente a cultura popular.

A proposta de uma educação voltada para a diversidade coloca a todos os educadores, o grande desafio de estar atentos às diferenças econômicas, sociais e raciais e de buscar o domínio de um saber crítico que permita interpretá-las. Nessa proposta educacional será preciso rever o saber escolar e também investir na formação do educador, possibilitando-lhe uma formação teórica diferenciada da eurocêntrica. O currículo prescrito até hoje divulgado deverá ser revisado e a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas. A escola terá o dever de dialogar com tais culturas e reconhecer o pluralismo cultural brasileiro.

Olhar a especificidade da diferença é instigá-la e vê-la no plano da coletividade. Pensar numa escola pública de qualidade é pensar na perspectiva de uma educação inclusiva. É questionar o cotidiano escolar, compreender e respeitar o jeito de ser negro, estudar a história do negro e assumir que a nossa sociedade é racista. Construir um currículo multicultural é respeitar as diferenças raciais, culturais, étnicas, de gêneros e outros. Pensar

num currículo multicultural é opor-se ao etnocentrismo e preservar valores básicos de nossa sociedade.

A realidade que se enfrenta hoje é perversa. Veem-se crianças miseráveis perambulando pelas ruas das grandes cidades, veem-se pela TV e jornais o sofrimento de crianças afegãs, meninas sendo prostituídas no Brasil e na Ásia e em outros países, massacres que transformam a segurança dos poderosos em insegurança para todos. Ninguém exige respostas para tantas desgraças, mas é exigido de todos um comprometimento pessoal por uma humanidade mais justa e solidária. Curiosamente sempre se está procurando um culpado por todos esses problemas. Além disso, pode-se observar, no cotidiano, flagrantes e atitudes preconceituosas nos atos, gestos e falas. E, como não poderia ser diferente, acontece o mesmo no ambiente escolar.

A escola é o espaço onde se encontra a maior diversidade cultural e também é o local mais discriminador. Tanto é assim que existem escolas para ricos e pobres, de boa e má qualidade respectivamente. Por isso trabalhar as diferenças é um desafio para o professor, por ele ser o mediador do conhecimento, ou melhor, um facilitador do processo ensino-aprendizagem. A escola em que ele foi formado e na qual trabalha é reprodutora do conhecimento da classe dominante, classe esta que dita às regras e determina o que deve ser transmitido aos alunos. Mas, se o professor for detento de um saber crítico, poderá questionar esses valores e saberá extrair desse conhecimento o que ele tem de valor universal. A pequena quantidade de alunos negros, nas escolas, é resultado, na realidade, da desigualdade praticada pela instituição escolar e pelo próprio processo de seu desenvolvimento educacional. Também a prática seletiva da escola silencia sobre as diferenças raciais e sociais, provocando a exclusão do aluno de origem negra, pobre, dos deficientes físicos e mentais e de outros.

Embora se saiba que seja impossível uma escola igual para todos, crê-se que seja possível a construção de uma escola que reconheça que os alunos são diferentes, que possuem uma cultura diversa e que repense o currículo, a partir da realidade existente dentro de uma lógica de igualdade e de direitos sociais. Assim, pode-se deduzir que a exclusão escolar não está relacionada somente ao fator econômico, ou seja, por ser um aluno de origem pobre, mas também pela sua origem étnico-racial.

Uma vez construída a intimidade entre os seres e respeitadas às singularidades de cada entidade viva, restará ao estado defender sua soberania cultural, não apenas por subsídios, mas, e, principalmente, adotando mecanismos que tornem todas as formas folclóricas parte da identidade maior da nação. A exportação da cultura é consequência natural de sua qualidade e coerência em relação às suas raízes (OLIVEIRA, 2009).

A cultura de um povo há de ser também uma imersão profunda no vasto oceano da subjetividade. É necessário entrar no universo escolar disposto a enfrentar obstáculos variados e um deles é a questão da diversidade. Especialmente, na educação infantil, a quem se propuser, é natural encontrar rejeição de algumas crianças no sentido de enxergar o outro como diferente, no entanto tão importante quanto ela.

Logicamente, é impossível educar todos como iguais, mas se deve educar na diferença, com ressalvas às especificidades. E isto não é simplesmente respeitar a consciência negra, mas lutar pelo resgate das demais etnias, pois a educação já está encharcada de preconceitos. Nossas memórias vieram da África, temos o sangue africano em nossas veias, sejamos brancos ou negros. E que se estenda o respeito aos demais povos, a exemplo do índio, nosso habitante primeiro; às pessoas gordas, magras, altas, baixas, especiais, enfim aos nossos semelhantes.

Portanto, nada melhor, que começar acreditando que, de 0 a 6 anos, nessa faixa etária, onde tudo ainda está nos primeiros passos, talvez seja a época propícia para começar a calcar degraus necessários para a construção do respeito à diversidade cultural, tão necessária na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E.R; ESTEVES, L.C.G. **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO 2007.
- BRAGA, M. M. S. de C. S/d. **Elementos de análise presentes no pensamento de Paulo Freire**: por um currículo crítico-transformador. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/posteres/GT12-5675--Int.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2010.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5. **Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2009.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC/SEF: 1996.
- _____. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- COSTA, M. M. V. Currículo e Política Cultural. In: COSTA, Marisa V. (org.). **O Currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- DAMASCENO JÚNIOR, V. de P. 2010. **Respeitando as diferenças**. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/pensamentos/2275901>>. Acesso em: 28 ago. 2010.
- DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1987.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOMES, N. L. **Diversidade e currículo**. In: Indagações sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 44 p.
- GOULART, Í. B. **Psicologia da educação**: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIMA, H. P. Personagens Negros: Um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: **Superando o racismo na escola**. 2. ed. revisada. KABENGELE, Munanga (Org.). Alfabetização e diversidade. Brasília: MEC/SEC, 2005.

LIMA, M. N. S; ROSAS, A. **Paulo Freire: quando as ideias e os afetos se cruzam**. Recife-PE: Editora Universitária, UFPE, 2001.

LOURENÇO, M. do N. S. 2010. **Interação professor aluno: ensinar a aprender ou aprender a ensinar**. Disponível em: <http://www.educasul.com.br/Anais/trabalhos_educasul_formacao_de_professores/Maril%C3%BA%20do%20Nascimento%20Salvador%20Louren%C3%A7o.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2010.

MACHADO, M. C. **Políticas para diversidade e inclusão**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?id=10297&option=com_content&task=view>. Acesso em: 12 jul. 2010.

MARTINS, A. R. Diversidade sempre, desde a Educação Infantil. **Revista Nova Escola**. Ano XXIV, n° 219, jan/fev, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

PALACIOS, J; PANIAGUA, G. **Educação Infantil: Resposta educativa à diversidade**. Porto Alegre, Artmed, 2007.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada: das intenções às ações**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RIBEIRO, R. I. Até quando educaremos exclusivamente para a branquitude? Redes-de-significado na construção da identidade e da cidadania. In: PORTO, M. R. S., CATANI, A. M., PRUDENTE, C. L. e GILIOLI, R. S. **Negro, educação e multiculturalismo**. Editor Panorama, 2002.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: 2001.

SCHEMES, J. 2008. **Ética e cidadania**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/12648/1/Etica-e-Cidadania/pagina1.html>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

SOUSA, M. de F. G. de. 1998. **Educação infantil: os desafios da qualidade na diversidade**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:u-hbba4Cs40J:inforum.insite.com.br/arquivos/13935/qualidade_na_diversidade_-_editado_15.04.docfatima.doc+Educa%C3%A7%C3%A3o+infantil:+os+desafios+da+qualidade+na+diversidade&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 30 ago. 2010.

SOUZA, P. R. 1998. **Ao Professor de Educação Infantil**. In: Referencial Curricular para Educação Infantil. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/44035-RCN-Referencial-Curricular-Nacional/>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VINHA, T. P. 1999. **O educador e a moralidade infantil numa perspectiva construtivista**. Disponível em: <http://arkheia.incubadora.fapesp.br/arquivos/revista_cogeime/ed_anteriores/pdfs/14/cap02-14.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

ZAGURY, Tânia. **Escola sem Conflito: Parceria com os Pais**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002.